Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Notícias Gerais.

Período de Análise: 01/11/2016 a 30/11/2016

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice:

Agricultores Familiares do Paraná organizam caravana em defesa dos direitos dos trabalhadores. Site da FETRAF, 03/11/2016 3

CONTRAF BRASIL: Análise da atual conjuntura política para Agricultura Familiar por Marcos Rochinski. Site da FETRAF, 04/11/2016 4

Consultoria do Senado declara PEC 55 inconstitucional. Site da FETRAF, 07/11/2016 5

Margaridas trabalhadoras rurais por Paridade rumo à Igualdade. Site da CONTAG, 07/11/2016. 6

Combate à violência contra as mulheres trabalhadoras rurais. Site da CONTAG, 07/11/2016. 7

CNA pede apoio para renegociar dívidas de produtores nordestinos. Site do CNA, 08/11/2016. 8

CONTAG se manifesta contra leis que ameaçam a soberania nacional. Site da CONTAG, 09/11/2016. 10

Em nova manobra regimental, bancada ruralista elege presidente da CPI Incra/Funai 2. Lizely Borges. Site do MST, 10/11/2016..... 11

Centrais e movimentos populares farão paralisações e protestos nesta sexta. Site do MST, 10/11/2016. 15

Governo e setor privado se unem pelo clima. Lucas Tolentino. Site do MMA, 16/11/2016. 18

Ministério recebe atingidos por barragens. Renata Meliga. Site do MMA, 18/11/2016. 19

Presidente veta incentivo ao carvão. Site do MMA, 18/11/2016..... 20

Congresso debate legalização da atividade de diarista rural. Site da ABAG, 18/11/2016. 21

Juventude Rural diz não à PEC 55. Site da CONTAG, 22/11/2016. 22

Ruralistas pedem saída de Sarney Filho do Meio Ambiente. André Borges. O Estado de São Paulo, 23/11/2016. 24

Governo Temer acaba com a Ouvidoria Agrária Nacional. Site da CONTAG, 25/11/2016. 26

"A PEC 55 é um crime contra o povo pobre", afirmam debatedores na abertura do IX EnconASA. Site do MST, 25/11/2016. 27

Movimentos populares preparam pedido de impeachment de Michel Temer. Cristiane Sampaio. Site do MST, 29/11/2016. 30

Juventude Rural na rua contra a PEC 55. Site da CONTAG, 29/11/2016. 33

CONTAG e movimentos negociam a volta do MDA. Site da CONTAG, 30/11/2016 34

Agricultores Familiares do Paraná organizam caravana em defesa dos direitos dos trabalhadores. Site da FETRAF, 03/11/2016

Caravana da agricultura familiar vai percorrer o estado entre os dias 21 e 25 para debater a conjuntura política e sair na defesa dos trabalhadores e direitos conquistados.

Entre os dias 21 e 25 de novembro o estado do Paraná estará mobilizado em uma grande caravana para discutir temas que ameaçam os direitos dos trabalhadores em geral, como também dos agricultores e agricultoras familiares.

São aproximadamente 40 lideranças da Fetraf- PR percorrendo o estado para debater os temas como reforma da previdência social e quais os riscos ao trabalhador, propostas de políticas para a agricultura familiar, energias renováveis, segurança alimentar, educação no campo, políticas públicas do estado para a agricultura familiar, relação de gênero, juventude no campo, mulher no campo, habitação e regularização fundiária.

A caravana irá passar pelos municípios de Coronel Vivida; Umuarama; Guarapuava; Palmital e São Mateus do Sul.

"Os debates terão a participação de lideranças sindicais, pesquisadores, nomes de referência e iremos envolver parlamentares nas discussões para enriquecer o diálogo. Queremos construir um documento no final da caravana para entregar as autoridades do estado. Nosso objetivo é envolver não só a categoria dos agricultores familiares, mas também a sociedade para alertar sobre os perigos de propostas que tramitam no Congresso e a urgência em lutar pelos nossos direitos", pontua Neveraldo Oliboni, da direção executiva da Fetraf-PR.

Até o dia 21 a Fetraf-PR está trabalhando na mobilização dos sindicatos de todo o estado para em conjunto realizarem a caravana, que terá dentre as atividades atos políticos em protesto as reformas do atual governo.

CONTRAF BRASIL: Análise da atual conjuntura política para Agricultura Familiar por Marcos Rochinski. Site da FETRAF, 04/11/2016

Orçamento reduzido e perdas irreparáveis para a agricultura familiar. Clique aqui e confira a análise política na íntegra.

Orçamento reduzido e perdas irreparáveis para a agricultura familiar é o cenário criado pelas atuais propostas do governo de Michel Temer que tramitam no Congresso Nacional. Segundo a análise políticas do coordenador da CONTRAF BRASIL Marcos Rochinski, a situação é motivo de iminência nas articulações políticas onde a categoria dos agricultores e agricultoras familiares devem se mobilizar contra os retrocessos armados pelo governo da direita.

Para a CONTRAF BRASIL os dados do orçamento de 2017 para as políticas de agricultura familiar e reforma agrária, são evidências de que o governo não prioriza a produção de alimentos com sustentabilidade e a soberania alimentar, que ajuda a erradicar a fome e pobreza do mundo.

"Cabe a nós, lideranças sindicais e sociedade organizada, pressionar nossos parlamentares e gestores públicos para que votem em emendas que restituam o orçamento para as políticas públicas do desenvolvimento agrário, a fim podermos trabalhar, pelo menos, com o orçamento que operacionalizamos este ano", comenta Marcos Rochinski.

Consultoria do Senado declara PEC 55 inconstitucional. Site da FETRAF, 07/11/2016

O texto aponta inconsistências e ilegalidades contidas na "PEC da morte", como ficou conhecido.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa publicou, na manhã desta segunda-feira (7), um o documento "As inconstitucionalidades do 'Novo Regime Fiscal' instituído pela PEC 55, de 2016 (PEC 241 de 2016, na Câmara dos Deputados)". O texto aponta inconsistências e ilegalidades contidas na "PEC da morte", como ficou conhecido.

Segundo o texto do estudo, "a PEC nº 55, de 2016, tende a abolir as cláusulas pétreas previstas nos incisos II, III e IV do § 4º do art. 60 da Constituição Federal, que se referem, respectivamente, ao voto direto, secreto, universal e periódico; à separação de Poderes e aos direitos e garantias individuais, razão pela qual deve ter sua tramitação interrompida no âmbito das Casas do Congresso Nacional."

Após passar pela Câmara dos Deputados em votação de dois turnos, a PEC 55 está tramitando no Senado. Se aprovado o texto, o Brasil congelará por 20 anos os investimentos públicos.

Dessa forma, setores como Saúde e Educação sofrerão as consequências da medida, já que os reajustes para repasse de verbas serão feitos de acordo com a inflação.

Durante o os governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do PT, os reajustes eram feitos acima da inflação.

Margaridas trabalhadoras rurais por Paridade rumo à Igualdade. Site da CONTAG, 07/11/2016.

Com o principal objetivo de fortalecer a luta e a organização das mulheres trabalhadoras rurais no MSTTR, contribuindo para a sua participação qualificada no processo de construção do 12º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (12º CNTTR), mais de 400 mulheres de todo o País estarão em Brasília, de 8 a 11 de novembro, para participar da 6ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

A plenária terá como público prioritário as mulheres dirigentes das Federações filiadas à CONTAG, em especial aquelas que compõem as Comissões Estaduais de Mulheres ou as coordenações de polo. Reafirma-se, ainda, o compromisso com a efetiva participação em todas as delegações de mulheres jovens, da terceira idade e assalariadas rurais.

"O lema 'Margaridas trabalhadoras rurais por paridade rumo à igualdade: a luta é todo dia!' demonstra a luta unitária e permanente das mulheres do MSTTR para avançar na construção da igualdade, que tem como um de seus instrumentos a implementação da paridade de gênero nas instâncias do Movimento Sindical. Garantir a paridade para além dos números demonstra o compromisso político das organizações de agricultoras e agricultores familiares na luta permanente pela superação dos impactos do patriarcado na vida das mulheres, na busca por superar o desafio da construção de relações mais democráticas no cotidiano sindical e, consequentemente, na sociedade", afirma Alessandra Lunas, secretária de Mulheres da CONTAG.

A preparação das mulheres para o 12º CNTTR foi iniciada em meados desse ano com a realização das Plenárias Regionais de Mulheres, onde foram realizados balanços políticos da participação das mulheres no MSTTR com base na trajetória "de onde viemos", "onde estamos" e "para onde vamos". Em uma segunda etapa estão sendo realizadas as Plenárias Estaduais específicas que devem multiplicar este processo avaliativo de participação das mulheres e discutir propostas para qualificar sua incidência estratégica nas Plenárias mistas, onde serão retiradas(os) delegadas e delegados para o Congresso, como previsto no Regimento Interno.

A Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais tem como objetivo analisar e compreender a conjuntura atual do País, considerando o impacto do processo de avanço do conservadorismo, do ataque à democracia e da retirada de direitos conquistados na vida das mulheres; refletir sobre os desafios para o avanço da luta feminista na construção de estratégias políticas e incidência no processo do 12º CNTTR; fortalecer a organização e a unidade de luta das mulheres em um debate político que nos possibilite intervir de forma qualificada no processo de construção do Congresso da CONTAG; aprofundar debates e temas programados para o 12º CNTTR para que as mulheres se empoderem e possam contribuir a partir de suas realidades, perspectivas e anseios; e reafirmar a estratégia política coletiva de incidência das trabalhadoras rurais no MSTTR e na sociedade; entre outros.

Além dos debates, estudo dos textos e trabalhos em grupos, estão sendo planejados momentos culturais, oficinas, troca de sementes, ato público e lançamento do vídeo documentário sobre Margarida Alves, com depoimentos de familiares, amigas(os) e sócias(os) do STTR de Alagoa Grande.

Combate à violência contra as mulheres trabalhadoras rurais. Site da CONTAG, 07/11/2016.

A violência contra a mulher não é natural, é cultural. Por isso, a sociedade deve exigir a adoção de medidas que combatam e superem sua banalização. A ideologia patriarcal e as relações de poder estabelecidas devem ser coisas do passado. A violência contra as mulheres traz consequências graves para as vítimas e o conjunto da sociedade. A violência doméstica

tem também caráter público e é urgente que o Estado e a sociedade reconheçam e coíbam sua existência.

O combate à violência contra as mulheres sempre constou da luta dos movimentos de mulheres, feministas, sindicalistas, trabalhadoras urbanas e rurais. No movimento sindical, além de enfatizar a violência e a discriminação no mundo do trabalho e nos conflitos de terra, as trabalhadoras rurais destacam a violência no mundo privado, onde o agressor pode ser o companheiro, parceiro, marido, pai, irmão, filho ou outro familiar.

A Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – CNMTR/Contag –, criada em 1995, trata a violência sexista como um fato que prejudica a vida e o desenvolvimento das mulheres do meio rural. Nos anos que se seguiram à sua criação, por meio das demandas das trabalhadoras rurais organizadas e mobilizadas, os debates sobre este tema ganharam maior evidência no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR).

O combate à violência contra as trabalhadoras rurais passa a compor as pautas de reivindicações do MSTTR, assim como a luta por terra, saú- de, educação, acesso ao crédito e outros direitos.

A Contag coloca como um dos princípios básicos do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) o fim de todas as formas de subordinação e discriminação baseadas em gênero, geração, raça, etnia e orientação sexual.

Não é possível existir um campo justo e com desenvolvimento para todos enquanto as trabalhadoras rurais forem vítimas de violência.

Texto extraído da Cartilha: Combate à violência contra as mulheres trabalhadoras rurais: Abram os olhos para seus direitos

---

CNA pede apoio para renegociar dívidas de produtores nordestinos. Site do CNA, 08/11/2016.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) entregou nesta terça (8) ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), um documento em que pede a adoção urgente de medidas de apoio aos produtores rurais do semiárido nordestino, afetados nos últimos cinco anos pela forte estiagem.

Em um dos pontos, a entidade defende que os produtores possam renegociar dívidas de operações de crédito rural contratadas de 2012 a 2016.

A iniciativa ajudaria principalmente pequenos e médios produtores a permanecer na atividade, uma vez que estes contratos feitos nos últimos cinco anos não foram contemplados pela Lei 13.340/16, publicada em setembro, que autoriza os bancos a fazer a renegociação ou liquidação dos passivos rurais relativos a custeio e investimento. A lei autorizou os bancos a negociar ou liquidar passivos rurais relativos a custeio e investimento.

No encontro, Calheiros prometeu analisar uma alternativa para atender o pedido das federações do Nordeste referentes aos contratos a partir de 2012. Ele também disse que vai trabalhar junto ao Executivo na regulamentação da Lei 13.340. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), estava presente ao encontro.

O documento da CNA foi entregue a Calheiros pelos presidentes das Federações de Agricultura e Pecuária dos estados do Rio Grande do Norte (FAERN), José Vieira, de Alagoas (FAEAL), Álvaro Almeida, e da Paraíba (FAEPA-PB), Mário Borba.

Para o vice-presidente diretor da CNA e presidente da FAEPA, Mário Borba, "o produtor nordestino não tem recebido o mesmo tratamento de outras regiões do país afetadas por intempéries climáticas".

O presidente da Comissão Nacional da Região Nordeste da CNA e da FAERN, José Viera, mostrou otimismo após a reunião com Renan Calheiros. "Ele deixou claro que vai dar andamento às reivindicações dos agricultores nordestinos afetados pela seca desde 2012".

Campanha – Já na sede da entidade, em Brasília, o presidente da CNA, João Martins, recebeu os presidentes das federações do Nordeste e o diretor financeiro e de crédito do Banco do Nordeste, Romildo Rolim, e o superintendente de negócios de varejo e agronegócio da instituição, Luiz Sérgio Farias Machado.
Na reunião, os participantes discutiram ações conjuntas com as federações e sindicatos rurais para estimular os produtores a aderir à renegociação das dívidas contempladas na Lei 13.340. O texto prevê benefícios como o alongamento de prazos das parcelas e descontos de até 95% na quitação dos débitos.

Além dos representantes das federações do Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, também estava presente à reunião o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (FAEC), Flávio Saboya.

CONTAG se manifesta contra leis que ameaçam a soberania nacional. Site da CONTAG, 09/11/2016.

A CONTAG esteve ontem (09) em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) para fazer um ato oficializando a decisão de protocolar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adi) contra a lei de flexibilização da regularização fundiária nas áreas de fronteira (Adi 13.178). Essa é uma iniciativa da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) que a CONTAG assumiu conjuntamente e que tem o apoio dos demais movimentos do Campo Unitário.

Somada a essa lei, o Projeto de Lei 4059/12, que tramita na Câmara dos Deputados e permite a compra de terras por estrangeiros - estava previsto para ser votado ontem (09) mas a votação foi suspensa pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, graças à pressão do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). As duas matérias juntas representam uma séria ameaça à soberania territorial e alimentar e à segurança nacional.

A CONTAG e os outros movimentos do Campo Unitário irão solicitar, também, uma audiência com a presidente do STF, Carmen Lúcia, para conversar sobre esses projetos.

A comitiva da CONTAG contou com representação da Diretoria e Assessoria da entidade e de uma liderança de cada estado e de entidades parceiras. Na Praça dos Três Poderes, as entidades se posicionaram sobre essas matérias e, em especial, explicaram o motivo de dar entrada nesta Adi.

A secretária Geral da CONTAG, Dorenice Flor da Cruz, destacou a presença das Margaridas trabalhadoras rurais neste ato, da importância da agricultura familiar para a produção de alimentos e garantia da soberania alimentar dos povos, e da importância desta Adi para impedir a entrega do território brasileiro aos estrangeiros.

A dirigente do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) Eridiane Seibert também esteve presente no ato e ressaltou que a entidade apoia a Ação Direta de

Inconstitucionalidade sobre essa matéria, e destacou a importância da unidade entre os movimentos para avançar garantia da soberania territorial e alimentar.

A Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) também esteve representada pelo diretor Luiz Vaz Parente. Ele explicou os motivos para essa Adi. "Essa é uma mobilização da Abra com as organizações sociais e sindicais para defender o nosso território e os bens naturais a partir de ataques nefastos. O Brasil, por exemplo, detém 8% da água potável do mundo e isso não é pouco. Todas as medidas anunciadas e os projetos de lei em tramitação já citados visam transferir os nossos bens para os estrangeiros. Por isso, é importante dar entrada nessa Adi, para impedir a venda do nosso patrimônio e do nosso território. Não existe nação sem o seu território", denunciou Parente.

Em nova manobra regimental, bancada ruralista elege presidente da CPI Incra/Funai 2. Lizely Borges. Site do MST, 10/11/2016.

A sessão não atingiu quórum mínimo exigido pelo regimento da Casa. Parlamentares de oposição irão recorrer da decisão

Parlamentares de oposição ao governo federal devem recorrer ao presidente da Câmara de Deputados, o deputado federal Rodrigo Maia (DEM-RJ), para anular a votação realizada nesta quarta-feira (09) que elegeu o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Funai/Incra 2. A CPI investiga a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) na destinação de terras para a reforma agrária e na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos.

Como determina o regimento interno da Casa, as deliberações nas comissões devem ocorrer apenas mediante a presença mínima de metade do número de integrantes da comissão, somado mais um parlamentar. Como trinta deputados federais integram a nova CPI, para que as decisões tenham validade é necessário quórum mínimo de 16 deputados federais. No momento da votação da sessão estavam presentes 15 parlamentares.

“A maioria da CPI não tem nenhum compromisso com a democracia, com a Constituição Federal e sequer tem compromisso com o regimento da Casa, em respeito às minorias.

Foi um manifesto autoritário. E mais do que isso, a postura é quase que uma provocação. Ainda que eles saibam que há grande possibilidade de haver correção, por instâncias outras da Câmara ou do Poder Judiciário, há um sentimento necessário de demonstrar poder e força", declara o deputado federal e integrante da Comissão, Patrus Ananias (PT-MG).

Eleição anulada

A votação para presidência da CPI também foi matéria apreciada da sessão do dia 25 de outubro, data de instalação da Comissão. Embora a eleição tenha sido concluída, tendo o deputado federal Alceu Moreira (PMDB) se consagrado como vitorioso, a decisão foi anulada pelo presidente da Câmara por violar as normas legais de funcionamento da Casa Legislativa. Isto porque o regimento interno, na seção VII, determina que as sessões nas comissões não devem ocorrer em horário concomitante à sessão ordinária ou extraordinária da Câmara.

No momento da votação na CPI, o plenário apreciava a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016 que estabelece congelamento dos gastos federais primários, como saúde e educação. Ao ser comunicado sobre dos trabalhos da CPI, Rodrigo Maia declarou, em plenário, que qualquer decisão das comissões naquela tarde seria revogada. Na sequência, a bancada de oposição notificou a mesa diretora da Casa e a votação foi anulada.

Sobre a reincidência de descumprimento das normas da Câmara na atividade parlamentar pela CPI, o integrante da coordenação nacional do MST, Alexandre Conceição, estabelece um paralelo entre a atuação da bancada ruralista na Comissão e o desrespeito à normas de funcionamento da Casa.

"Pela segunda vez a bancada ruralista tenta fazer manobras para acelerar o andamento das ações desta CPI que busca criminalizar os movimentos populares e fragilizar as instituições que atuam com a política agrária", diz. "Vivemos em um estado de exceção em que as regras democráticas estão sendo colocadas debaixo do tapete, em que não se cumpre a mínima condição democrática para que as decisões na CPI ocorram", complementa.

CPI Funai/Incra 1 e 2

A primeira CPI Incra/Funai foi instituída em 28 de outubro de 2015 para levantar irregularidades na demarcação de terras para comunidades quilombolas e indígenas e

processos da reforma agrária. Requerida pelos deputados Alceu Moreira(PMDB-RS), Nilson Leitão (PSDB-MT), Marcos Montes (PSD-MG), Luis Carlos Heinze (PP-RS), Valdir Colatto (PMDB-SC) e outros, as práticas adotadas pela Comissão foram duramente criticadas por organizações de atuação na área e movimentos do campo, floresta e águas.

Em documento assinado por conjunto de movimentos populares nomeado Carta dos movimentos sociais contra o golpes da bancada ruralista no Congresso Nacional, apresentado por eles em coletiva de imprensa no Congresso Nacional em 12 de junho deste ano, e com apoio de parlamentares da bancada progressista, consta a denúncia de que "membros deste parlamento brasileiro que usam indevidamente as estruturas do Estado e o instrumento da CPI para obterem benefícios próprios e retiraram direitos inalienáveis a nos assegurados", inicia a Carta.

Entre as denúncias estão o extrapolamento do papel regular da CPI, os esforços para criminalização dos membros de movimentos populares, trabalhadores rurais, indígenas quilombolas e servidores públicos da Funai e Incra, a não observância a um fato determinado para instauração da Comissão e o uso da CPI como instrumento para acirramento dos conflitos no campo.

Os trabalhos da CPI foram encerrados logo após a manifestação dos movimentos, em 17 de agosto deste ano, sem a aprovação de relatório final. Logo após o encerramento, pressionado pela bancada ruralista, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, instalou nova CPI para análise de mesmo mérito.

Diante da retomada dos trabalhos, o deputado Patrus destaca a importância da batalha de ideias dentro da Câmara de Deputados em torno da matéria, mas também destaca a necessidade de visibilidade e debate amplo com a sociedade sobre a ação em curso. "É fundamental fazer a luta interna na Câmara e que a gente leve para a sociedade esta denúncia", diz.

"É uma CPI para fazer retroceder a demarcação das terras indígenas e territórios quilombolas e demais populações tradicionais, para criminalizar lideranças dos movimentos sociais, portanto para impedir a liberdade de ação das entidades e movimentos sociais, para impedir a reforma agrária, impedir o desenvolvimento da agricultura familiar, enfim estancar o Brasil do ponto de vista dos direitos dos pobres. A CPI é dominada pela extrema direita e nós vamos lutar", conclui.

Composição CPI Incra/Funai 2 e presidência

A votação realizada nesta terça-feira (02) mantém o quadro diretor da CPI Incra/Funai em sua primeira instalação. Caso a eleição seja validada, permanece no cargo de presidente o deputado federal Alceu Moreira (PDMB-RS). Também foram eleitos os deputados Luis Carlos Heinze (PP-RS), Mandetta (DEM-MS) e Nelson Marquezelli (PTB-SP), respectivamente, como 1º, 2º e 3º vice-presidentes. O relator da CPI é o deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), também relator da primeira CPI. Todos os respectivos deputados federais integram a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), grupo majoritário na Câmara. De acordo com a Agência A Pública, do total de 513 deputados federais, 207 são da bancada ruralista.

Por determinação do regimento interno, a composição de uma comissão responde à proporcionalidade partidária da Câmara e demais critérios para representação das bancadas. Como os deputados da ocasião representam maioria na Casa Legislativa este maior número também se apresenta no delineamento da CPI.

Minoria na CPI, a bancada de oposição composta por deputados do PT, PCdoB e PDT reconhece a correlação de forças desfavorável neste espaço de disputa. "A gente vê que as diferentes visões do Parlamento se refletem aqui. Temos diferentes visões de como devem ser a estrutura e funcionamento dos órgãos", pontua o deputado federal Nilto Tatto (PT-SP). Anterior à primeira eleição para presidência da CPI (25), ele defendeu que a mesa diretora contemplasse a diversidade de posições presente no Parlamento.

"Que tenha espaço para o campo que hoje é oposição ao governo. Evidente que muda o quadro porque investigamos as ações do executivo. Temos visões diferentes, mas para que o trabalho busque o aperfeiçoamento das instituições peço que na composição da CPI seja contemplado as diferentes visões", defende.

O prazo regular para funcionamento de uma comissão é de cento e vinte dias, com possibilidade de prorrogação por mais sessenta dias, mediante deliberação do plenário, para conclusão de seus trabalhos. Nas próximas sessões da CPI Incra/Funai 2 o conjunto de deputados deve deliberar sobre plano de trabalho e procedimentos a serem adotados.

Centrais e movimentos populares farão paralisações e protestos nesta sexta. Site do MST, 10/11/2016.

Manifestações de dia nacional de greve ensaia reação a medidas do governo Temer que retiram direitos dos trabalhadores e ameaçam políticas sociais. São Paulo faz ato na Sé; Rio, na Candelária

Uma mobilização programada para esta sexta-feira (11) prevê greves, paralisações parciais e manifestações nas capitais e diversas cidades de todo o país. Em São Paulo, as manifestações devem convergir para um ato na Praça da Sé, com concentração a partir das 16h30.

O dia nacional de greve é convocado por centrais sindicais e movimentos sociais para protestar contra ações do governo de Michel Temer: projeto de aumento da idade mínima para aposentadoria, engessamento dos gastos públicos por 20 anos, esvaziamento do currículo do ensino médio por meio da Medida Provisória 746, redução da participação da Petrobras no pré-sal e do conteúdo nacional da cadeia de produção e negócios da estatal, além do projeto de ampliação das terceirizações que tramita no Senado.

"Nosso objetivo é mobilizar os trabalhadores para paralisar o país", afirmou o presidente da CUT-SP, Douglas Izzo. "Será uma grande mobilização para enfrentar a agenda retrógrada do governo biônico de Michel Temer", afirmou. Na terça-feira (8), sindicalistas dos setores de transportes da CUT, UGT, Nova Central, Força Sindical, Intersindical, CTB e CSP-Conlutas se reuniram na quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo, no centro da capital, para preparar a manifestação.

Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística da CUT (CNTTL), as entidades sindicais no setor do transporte também têm sido alvo de ataques, que "impedem o direito à livre manifestação e o real direito à greve no setor, além das demissões arbitrárias, configurando uma série de práticas antissindicais".

Na capital paulista, a mobilização terá marchas partindo de diversos pontos da cidade. Enquanto os professores do estado estarão em assembleia na Praça da República, a partir das 14h, a Frente Brasil Popular fará sua concentração no vão livre do Masp, na Avenida Paulista. Na Sé, será realizado o ato político para onde devem se dirigir as categorias e

demais movimentos. "Em todas as capitais brasileiras teremos mobilizações, paralisações e atos promovidos pelos sindicatos", afirmou Douglas.

A mobilização contará com apoio da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), que ontem (9) convocou os estudantes de cursos de pós-graduação do país – a entidade luta pela devolução das bolsas de estudos da Capes e por mais financiamento para o setor, o que inclui a revogação de cortes no orçamento público na educação, ciência e tecnologia.

No Rio de Janeiro, haverá concentração às 17h na Candelária, para seguir em caminhada até a Assembleia Legislativa. Em Belo Horizonte, os movimentos marcaram a Praça da Estação com ponto de encontro, às 9h. Em Brasília, algumas categorias de servidores já realizam paralisações e terão, nesta sexta, a adesão dos professores da Universidade de Brasília (UnB).

Diversas categorias anunciam paralisações e atos públicos no Rio Grande do Sul, programando para o final da tarde, às 18h na Esquina Democrática, manifestação de encerramento do dia, com caminhada pela ruas centrais de Porto Alegre. Haverá, segundo a CUT local, ações em Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Cruz Alta, Ijuí, Novo Hamburgo, Pelotas, Rio Grande, Passo Fundo, São Leopoldo, Venâncio Aires e Santa Rosa.

Em Goiânia, as centrais convocam manifestação para as 9h na Praça do Bandeirante. No Ceará, as entidades do ramo dos servidores públicos do Ceará prometem atividades nas dez cidades mapeadas pela federação da categoria (Ibiapaba, Itapipoca, Sobral, Metropolitana, Maciço de Baturité, Crateús, Vale do Jaguaribe, Sertão Central, Iguatu e Cariri).

No ABC paulista, diversos movimentos sociais se reunirão em São Bernardo do Campo, a partir das 7h, em frente ao Pavilhão Vera Cruz, próximo ao centro da cidade. Segundo Thais Lapa, da Marcha Mundial das Mulheres, o movimento feminista estará presente. "O último período garantiu diversos avanços para as mulheres, e precisaríamos seguir avançando. A agenda do governo ilegítimo de Temer afeta diretamente esses ganhos", diz.

Marcelo Buzetto, dirigente do Simpro-ABC (sindicato dos professores da rede privada da região), observa que o dia nacional de greve é parte de um "processo de acúmulo de forças do movimento popular resistir à retirada de direitos".

Os retrocessos temidos

Congelamento de gastos – Aprovada no dia 25 de outubro na Câmara, a PEC 241, que no Senado mudou para PEC 55, prevê o congelamento dos investimentos públicos para os próximos 20 anos. A medida irá impactar diretamente nos recursos destinados pela União a áreas como saúde e educação, já que os repasses ao Orçamento serão reajustados apenas de acordo com a inflação do ano anterior. O texto já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado prevê também o fim da política de valorização do salário mínimo

Pré-sal – A aprovação do Projeto de Lei (PL) 4.567/2016 altera o papel da Petrobras na exploração do pré-sal. Além de não ser mais operadora única, a empresa também não terá obrigação de controle sobre o mínimo de 30% da produção, conforme previa lei aprovada durante o governo Lula. A medida abre brechas para as petrolíferas estrangeiras desfrutarem de um óleo de melhor qualidade e preço e tirar do país uma oportunidade de empreender a retomada de uma cadeia produtiva estratégica para o desenvolvimento nacional. Tira também recursos programados para fortalecer os orçamentos em saúde, educação e pesquisa científica.

Reforma da Previdência – Uma das medidas anunciadas como prioridade por Temer, a reforma da Previdência deve aumentar a idade mínima de aposentadoria, igualar a idade entre homens e mulheres e entre trabalhadores do campo e da cidade e desvincular o valor dos benefícios da previdência dos reajustes do salário mínimo.

Terceirização – Tramita no Senado como o PLC 30 (Projeto de Lei da Câmara, aprovado naquela Casa como PL 4330). Prevê a terceirização irrestrita das atividades-fim nas empresas. Se aprovado também pelos senadores, o projeto autorizará a precarização do trabalho e praticamente anula a importância da CLT na proteção aos direitos dos trabalhadores, já que as empresas poderão contratar mão de obra terceirizada – comprovadamente sempre em condições mais precárias, jornadas maiores e salários inferiores.

Corrupção – Quando assumiu, Temer fez questão de discursar contra a corrupção. Porém, desde então, três ministros de seu governo já foram afastados acusados de envolvimento em corrupção: Romero Jucá (Planejamento), Fabiano Silveira (Transparência, Fiscalização e Controle) e Henrique Alves (Turismo). Além disso, o presidente retirou o

caráter de urgência da tramitação do pacote de medidas anticorrupção, que foi elaborado pela equipe de Dilma Rousseff e enviado ao Congresso.

Governo e setor privado se unem pelo clima. Lucas Tolentino. Site do MMA, 16/11/2016.

Encontro promovido pelo Brasil na COP 22 discute medidas de desenvolvimento de uma economia de baixo carbono.

O Brasil vai se alinhar com o setor produtivo para o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono. O governo federal reuniu-se nesta quarta-feira (16/11) com representantes da iniciativa privada e da sociedade civil para discutir o assunto em evento paralelo na programação oficial da 22ª Conferência das Partes (COP 22), em Marrakech, Marrocos. O encontro teve o objetivo de fomentar a cooperação entre os setores para conter a temperatura média do planeta.

Chefe da delegação brasileira em Marrakech, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, destacou que o país está entre os mais atuantes frente à mudança do clima e declarou que a intenção é aumentar a ambição. "Vamos superar as nossas metas de forma aliada à geração de emprego e renda", afirmou. Segundo ele, a cooperação com o empresariado e os fundos internacionais será fundamental. "Precisamos de ideias criativas para mobilizar recursos", acrescentou.

TENDÊNCIA

O encontro promovido pelo Brasil discutiu mecanismos financeiros no contexto do Acordo de Paris, pacto concluído no ano passado para frear o aquecimento global. No debate, foram apresentadas soluções capazes de conferir, de maneira positiva, valor aos esforços setoriais de corte de emissões. "É preciso transformar a descarbonização em uma tendência econômica", defendeu o secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Alfredo Sirkis.

O custeio de medidas de redução de emissões de gases de efeito estufa está entre os principais assuntos em pauta na COP 22. "O financiamento é uma grande questão, mas

há oportunidades", afirmou a presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Marina Grossi. Em relação ao tema, a entidade lançou um estudo sobre os chamados mecanismos de precificação do carbono, com informações sobre os benefícios socioeconômicos.

SAIBA MAIS

A COP 22 ocorre em Marrakech até o dia 18 de novembro com o objetivo de regulamentar os detalhes acerca do Acordo de Paris. Esse pacto representa um esforço de mais de 190 países para conter as emissões de gases de efeito estufa e, com isso, limitar o aumento da temperatura a média global a bem abaixo de 2ºC. Para isso, cada país apresentou metas voluntárias para implementação em seus próprios territórios. Considerada uma das mais ambiciosas, a meta brasileira é reduzir em 37% as emissões até 2025, com indicativo de chegar a 43% em 2030.

Ministério recebe atingidos por barragens. Renata Meliga. Site do MMA, 18/11/2016.

Ministro substituto Marcelo Cruz afirma que postura da pasta será bastante proativa em relação à pauta apresentada pelo movimento.

Representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) participaram, nesta sexta-feira (18/11), de reunião com o ministro substituto do Meio Ambiente, Marcelo Cruz. Na pauta, quatro reivindicações do movimento, em áreas distintas: energia alternativa, educação ambiental, diminuição de impactos socioeconômicos e ambientais em comunidades próximas às hidrelétricas e um maior diálogo por parte do governo com a comunidade atingida pelo desastre em Mariana (MG), em novembro do ano passado.

"Foi de extrema importância recebê-los para podermos ouvir essas demandas", declarou o Marcelo Cruz. Segundo ele, a pauta levantada pelo MAB é importante, bem estruturada e, no que cabe à atuação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), boa parte já estava em andamento. "O que não estava, vamos iniciar um processo de negociação e acordos, e faremos o possível para atendê-los", informou o ministro substituto.

A representante do MAB Judite da Rocha explicou que o objetivo da reunião foi promover uma abertura de diálogo com o MMA. Ela apresentou dois pontos em que acredita na possibilidade de uma parceria com o Ministério. “O primeiro seria um projeto de energia alternativa. Além de ser uma outra forma de se produzir energia, não tem tanto impacto ao meio ambiente, nas comunidades e nas famílias. O outro ponto seria a gente fazer um trabalho na área de educação ambiental. Acreditamos que seria uma boa contribuição, diante do que já vivenciamos. Já temos projetos e experiências. A proposta é que a partir disso possamos fazer um trabalho com as famílias e escolas”, explicou Judite.

Marcelo Cruz reiterou que a pauta que o movimento apresentou foi bastante positiva. “A postura que teremos será bastante proativa, visando ao atendimento de boa parte das sugestões. Ao que cabe ao MMA, daremos andamento a esses problemas levantados na reunião de hoje”, destacou.

Presidente veta incentivo ao carvão. Site do MMA, 18/11/2016.

Diário Oficial da União desta sexta-feira (18/11) publica veto do presidente da República, Michel Temer, ao Artigo 20 da Medida Provisória 735/2016.

O Diário Oficial da União (DOU) publica, nesta sexta-feira (18/11), o veto do presidente da República, Michel Temer, ao artigo 20 da Medida Provisória 735/2016, também conhecida como Lei de Conversão (29/2016). O artigo incentivava o uso de carvão mineral para a geração de energia elétrica e tinha sido aprovado pelo Senado em 19 de outubro.

O veto foi recomendado pelo ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, em carta aberta ao presidente da República no dia 20 de outubro e respondida positivamente por Michel Temer em 10 de novembro.

O artigo 20 havia sido incluído na MP 735 por um artifício apelidado de “emenda jabuti” e não tinha relação com a MP original. O carvão é uma fonte de energia não renovável, altamente poluente, cara e responsável por um terço das emissões mundiais de gases que geram o efeito estufa.

RAZÕES

Nas razões do veto constam "a criação de um programa sem a necessária exigência de contrapartidas dos empreendedores em termos de eficiência ou de qualidade". Outros motivos subsidiaram a decisão, entre os quais o de "estimular a matriz energética que vai de encontro a acordos internacionais dos quais o País é signatário".

O veto é coerente com os compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris e reafirmados por Sarney Filho na Conferência das Partes sobre mudança do Clima (COP 22), que termina nesta sexta-feira em Marrakech, no Marrocos. A atitude foi comemorada por ONGs do mundo todo.

Congresso debate legalização da atividade de diarista rural. Site da ABAG, 18/11/2016.

O projeto de lei em análise considera diarista todo trabalhador que preste serviço até três vezes por semana e determina que a modalidade não cria vínculo empregatício

A atividade de diarista rural é muito requisitada nos períodos de safra, quando o produtor precisa de ajuda temporária para trabalhar na lavoura. Acontece que esse tipo de parceria é feita na informalidade, sem garantias de direitos trabalhistas e com real possibilidade de punição do agricultor em caso de fiscalização do Ministério do Trabalho.

Pensando nisso, uma proposta de regulamentação do trabalho é discutida na Câmara dos Deputados. O projeto de lei em análise considera diarista todo trabalhador que preste serviço até três vezes por semana e determina que a modalidade não cria vínculo empregatício. A proposta também define que o empregador deve apresentar ao contratante o comprovante de contribuição ao INSS, como contribuinte autônomo ou funcional.

Atualmente, existe uma modalidade de contrato de curta duração, mas que é considerado burocrático pelo deputado Alceu Moreira (PMFB-RS), autor da proposta. "Um trabalhador diarista na área rural é normalmente um trabalhador braçal. Sentar em um gabinete da Previdência ou do Ministério do Trabalho e exigir que ele tenha guia,

contribuição, um mundo de nomenclatura é, na realidade, colocar ele na informalidade, pois ele não consegue isso", disse.

A proposta esteve em debate em uma audiência pública na Câmara dos Deputados. O assessor jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Evandro Morello, acredita que o projeto de lei, no entanto, cria mais problemas do que soluções. "Não gera proteção social para trabalhador porque o trabalhador hoje, numa condição de contratação nessa modalidade que está prevista no projeto, se enquadra como autônomo e esse trabalhador dificilmente vai fazer contribuições previdenciárias mensais com a diária que ele ganha do empregador."

O projeto de lei apresenta mais vantagens aos empregadores do que aos trabalhadores. Mesmo assim, os produtores rurais, que seriam os patrões neste caso, não concordam integralmente com o texto, pois querem uma proposta que simplifique as contribuições previdenciárias e da Receita Federal, mas, ao mesmo tempo, proteja o diarista.

"Nós temos a necessidade de que o pequeno produtor familiar esteja regulamentado. Agora, o grande desafio é fazer uma proposição de regulamentação que funcione na prática, ou seja, ele não pode ser burocrático e não pode ter um custo alto para os pequenos produtores. Como é um que agricultor familiar, por exemplo, vai contratar um contador pra fazer um contrato de curta duração?", questionou o vice-presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil, Marco Antonio Dornelles.

Ajustes

Para o procurador do Ministério Público do Trabalho, José Fernando Maturana, o texto do parlamentar precisa de ajustes para ser colocado em prática. "Ao invés de trazer segurança jurídica para o produtor, pode trazer insegurança. O número de dias sugerido para consideração do trabalho diário em três vezes, para o Ministério Público, parece demasiado longo. Veja que três dias corresponde a mais de 50% de uma semana de trabalho e não há um limitador de tempo", concluiu.

Juventude Rural diz não à PEC 55. Site da CONTAG, 22/11/2016.

Com o tema: Juventude na luta por sucessão rural: nenhum direito a menos, acontece a 3ª Plenária Nacional de Juventude Rural, de 29 de novembro até o dia 02 de dezembro, no Centro de Formação da CONTAG, em Brasília-DF.

Serão dias intensos de debates e proposições sobre a perspectiva da juventude trabalhadora rural brasileira; de orientar e qualificar a participação da juventude no espaço do 12º Congresso da CONTAG e; propor estratégias de fortalecimento da organização no MSTTR em defesa de políticas públicas específicas para a juventude.

Nós vamos!!!

SPOT CHAMADA - 3ª PLENÁRIA JUVENTUDE

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que agora é chamada de PEC 55 no Senado Federal, nem foi aprovada ainda, mas já traz muita preocupação à população brasileira. Nos últimos 13 anos foi possível presenciar a redução da pobreza no País com o aperfeiçoamento das políticas públicas sociais e melhor distribuição de renda.

Apesar de problemas estruturantes no Sistema Único de Saúde (SUS), na falta de recursos para as escolas públicas, do déficit na política habitacional e de um antigo debate sobre a realização de uma reforma da Previdência Social, o Estado brasileiro avançou muito na criação de políticas e programas como o Luz para Todos, Água para Todos, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), Um Milhão de Cisternas, Bolsa Família, entre outras. E às vésperas de aprovar essa PEC, conhecida como PEC da Morte, estamos diante da possibilidade de retroceder nos direitos conquistados, afetando a todos(as): crianças, adolescentes, jovens, adultos(as) e idosos(as). Toda uma geração que depende do Estado e de políticas públicas.

Se aprovada, a PEC abrirá caminho para a reforma da Previdência Social e para desvinculação dos benefícios sociais e previdenciários do salário mínimo. A Previdência Social é uma das principais políticas de distribuição de renda do País e que faz circular a economia dos municípios, principalmente as pequenas cidades. Outra possibilidade anunciada pelo governo ilegítimo é uma revisão na concessão de benefícios previdenciários por incapacidade. “A CONTAG não é contra essa revisão desde que seja feita a partir de critérios. O trabalhador(a) rural desempenha um trabalho que exige mais esforço e os peritos devem ter isso em mente ao dar alta a quem não terá condições de realizar um trabalho mais penoso”, explicou o secretário de Políticas Sociais da CONTAG, José Wilson Gonçalves.

Se essa PEC for aprovada, haverá redução no orçamento do Ministério da Saúde, nos próximos anos, e o Sistema Único de Saúde (SUS) será ainda mais sucateado. Com a redução de recursos, diminui também os repasses para os estados e municípios, que somam 2/3 do orçamento do MS. Segundo o Conselho Nacional de Saúde, somente em 2017 há estimativa de perda entre R$ 15 e 20 bilhões, o que se agravará a cada ano, pois é preciso considerar o crescimento e o envelhecimento da população e também os avanços tecnológicos no setor. O acesso a consultas, exames, medicamentos, entre outras necessidades, ficará mais difícil com a diminuição de recursos no orçamento. Para o SUS chegar no campo, é necessário e urgente o aumento de investimentos na saúde pública, e não o contrário!

A educação, que já foi golpeada com a reforma do ensino médio, agora será ainda mais impactada com o corte de verba, que afetará o pagamento dos professores, na contratação de merenda escolar, na oferta de vagas, na estruturação e conservação das escolas, o funcionamento das escolas rurais, no financiamento do ensino superior, entre outros.

"Esse é um governo mal intencionado. Essa PEC vem com um pacote de maldade, pois junto vem uma série de medidas provisórias. Como já vemos a MP da reforma do ensino médio e outra que vai fazer a reforma dos benefícios da Previdência por incapacidade. Não se vê uma medida ou uma reforma justa dos salários e benefícios do alto escalão dos três poderes. É um governo que volta aos tempos do Estado mínimo, que para os pobres é o mínimo do mínimo e para os ricos sempre mais. É um governo que volta para a busca das riquezas naturais, do patrimônio público brasileiro, do orçamento público da União para fortalecer cada vez mais o sistema privado, o sistema financeiro nacional e internacional e o empresariado", denuncia José Wilson.

Por isso é fundamental que dirigentes, lideranças e toda a base do MSTTR esteja mobilizada e combativa na luta em defesa dos direitos sociais.

Ruralistas pedem saída de Sarney Filho do Meio Ambiente. André Borges. O Estado de São Paulo, 23/11/2016.

Contrariados com regras de licenciamento ambiental, grupo vai apresentar nomes de substitutos ao presidente Temer

Além das suspeitas atuais que recaem sobre o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, acusado de tráfico de influência no Ministério da Cultura, o Palácio do Planalto se vê envolvido em nova crise dentro de outra pasta. Deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) pedirão ao presidente Michel Temer (PMDB) a saída do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, do cargo.

Descontentes com o trabalho do titular, cuja condução da pasta é classificada como "ideológica", os ruralistas têm uma audiência prevista para a próxima quarta-feira, 30, no Palácio do Planalto. Além de exporem a Temer as críticas ao ministro, devem até sugerir um candidato para substituí-lo. O nome do ex-ministro e ex-líder do governo de Luis Inácio Lula da Silva, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), está cotado para ser colocado na mesa.

A possibilidade de Aldo ser confirmado, porém, é mínima. Aldo tem ligação com os governos de Lula e Dilma Rousseff, tendo passado pelo comando da Articulação Política, Ciência e Tecnologia, Esportes e Defesa. Outro entrave natural à sua indicação seria o fato de ele ser do PCdoB, partido de oposição ao governo Temer. Pesaria ainda o fato de Aldo ser amigo próximo de Sarney Filho.

Por outro lado, Aldo tem prestígio entre os ruralistas desde o tempo em que foi o relator do projeto que criou o Código Florestal Brasileiro. O presidente da FPA, deputado Marcos Montes (PSD-MG), negou que o nome de Aldo será levado a Temer, mas admitiu a sugestão feita dentro da reunião da bancada ruralista, nessa terça-feira, 22.

"Aldo provou que, independente do partido dele, é grande nacionalista e a ideia saiu na reunião da FPA. Todos acharam bom, mas não vou levar o nome ao presidente, afinal de contas é ele (Temer) que tem de decidir", disse Montes. Aldo não comentou o assunto. O ministro Sarney Filho também não quis se manifestar.

Se os ruralistas adotam cautela ao falar de Aldo, as críticas e o pedido para que Sarney Filho saia do cargo são escancaradas. "É muito grande a insatisfação e o que mais nos machuca é que vão lá para fora, como fizeram em Marrakesh, contam as conquistas que o Brasil teve no avanço da preservação ambiental e chegam aqui e fazem quase um boicote", disse o deputado Marcos Montes. "Vamos colocar ao presidente a extrema preocupação do setor rural com a atuação ideológica no ministério. Ajudamos a tirar o governo passado e agora temos que abrir o caminho para o presidente governar."

Histórico. No encontro realizado pela FPA em Brasília na terça-feira, o deputado chegou a dizer que sente falta da ex-ministra do MMA. "Nesta questão ambiental, já estamos até com saudades da ex-ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira." Segundo ele, "criam-se impasses e dificuldades para o financiamento agrícola, licenciamento ambiental, embargam-se áreas. Em resumo, se posicionando contra o processo produtivo. Que colaboração é essa?", questionou o ruralista.

Na visão dos ruralistas, o governo tem dificultado os avanços do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para o Programa de Regularização Ambiental (PRA). O Ibama, com aval do MMA, tem procurado avançar com uma proposta de reformulação das regras de licenciamento ambiental, proposta que, apesar de acelerar o processo e desburocratizar uma série de medidas de licenciamento, é visto pelo agronegócio e pelo setor elétrico como um projeto conservador e insuficiente.

Apesar das críticas, a gestão Temer é encarada como um retrocesso para questões indígenas, um dos temas centrais na agenda ruralista. Temer revogou portarias que reconheciam terras indígenas com processo de homologação em andamento. Paralelamente, o Congresso avança com diversos projetos que impõem pressão ainda maior sobre as terras indígenas e seus processos de demarcação, sobretudo em Estados como o Mato Grosso, fortemente marcado por processos de desrespeito às terras indígenas.

Governo Temer acaba com a Ouvidoria Agrária Nacional. Site da CONTAG, 25/11/2016.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) manifesta seu repúdio e indignação com o fim da Ouvidoria Agrária Nacional (OAN). Trata-se de mais uma ação arbitrária e de desrespeito às conquistas históricas da classe trabalhadora e da sociedade brasileira produzida pelo governo ilegítimo de Michel Temer.

A OAN, que foi criada ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, atuou como um importante espaço de mediação e busca de solução para os inúmeros conflitos agrários

gerados pela violência do latifúndio e do agronegócio contra as instituições e pessoas que lutam pelo direito à terra e ao território no Brasil.

Mesmo com dificuldades e limites, a OAN exerceu ao longo dos anos um papel importante para evitar violações de direitos humanos no campo e atuar na solução de várias situações que colocavam em risco a vida, a integridade e a segurança das famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais, além de buscar a agilização de processos voltados para a garantia do direito à terra e do acesso às políticas públicas para os povos do campo, das águas e das florestas.

No contexto atual de desmonte do Estado, de esvaziamento das políticas públicas e de criminalização das lutas e dos movimentos sociais, o governo aprofunda o ataque à reforma agrária, à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável e solidário, que se iniciou com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e vem evoluindo com a adoção de outras medidas inaceitáveis, como esta de acabar com a OAN. São ações que, certamente, farão agravar a histórica realidade de desigualdade, violência e impunidade que atinge os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Mais grave é que, agora, eles estarão ainda mais desamparados sem o apoio da OAN, local onde se acostumaram a buscar alento para as suas dores e solução para injustiças sofridas cotidianamente.

Reafirmamos a nossa exigência pela volta do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Ouvidoria Agraria Nacional, garantindo-se estruturas e recursos para que efetivem as ações e as políticas públicas que assegurem a plena realização da reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar e a defesa dos direitos humanos no campo.

Brasília, 25 de novembro de 2016

“A PEC 55 é um crime contra o povo pobre”, afirmam debatedores na abertura do IX EnconASA. Site do MST, 25/11/2016.

A afirmação é do ex-ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República do Governo Dilma, Gilberto Carvalho

“A PEC 55 (Proposta de Emenda à Constituição) que congela gastos públicos por 20 anos é a decretação da volta da miséria e da fome. É um verdadeiro crime contra o povo pobre”.

A afirmação é do ex-ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República do Governo Dilma, Gilberto Carvalho, um dos debatedores da mesa que discutiu os cenários e conjuntura política e nacional – conquistas e ameaças aos direitos e à democracia, que aconteceu na tarde desta segunda (21) como parte da programação do primeiro dia do IX EnconASA (Encontro Nacional da Articulação Semiárido), em Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Gilberto Carvalho afirmou que, apesar dos desafios, a reação aos retrocessos políticos do governo de Michel Temer vem sendo inesperada: "Não esperávamos a reação dos jovens, das mulheres, são sinais de um processo de resistência. Até nossos adversários não esperavam, achavam que iam ligar o trator em cima de nós. Eu tenho muita esperança que o que nos levou até aqui, vai nos levar de novo a governar este país, não lá de cima, mas de baixo".

O ex-ministro admitiu que uma das fragilidades do governo foi no campo da democratização da comunicação e da disputa ideológica: "Tiramos 40 milhões da pobreza e essas pessoas foram presas fáceis para Globo e o resto da mídia, que foram às ruas pedindo a saída do governo. Sim, eles nos derrotaram, mas não podemos aceitar o jeito que eles contam a história.

Não somos uma quadrilha de ladrões que assaltou o país para arranjar a vida dos 'companheiros', como querem fazer crer. Nem quebramos o Brasil, que agora eles têm que arrumar, destruindo a vida dos pobres. O projeto que mudou o país e melhorou a vida de milhares de pessoas é um obra coletiva, aprendemos a ir nas raízes dos problemas", destacou.

Gilberto Carvalho reconheceu que os erros do Partido dos Trabalhadores (PT) facilitaram o trabalho dos adversários políticos: "Adotamos um modelo neodesenvolvimentista, baseado na exportação do agronegócio, estimulando a monocultura, vocês criticaram muito isso. Não houve um salto qualitativo da indústria, a crise internacional chegou e se abateu sobre o país. A nossa possibilidade de gasto público foi sendo diminuída.

Confiamos na dependência de uma governabilidade apenas de partidos. Confiamos em uma aliança que foi bem até quando nossa economia ia bem. Nos afastamos da formação política. Renovar o PT é voltar ao método que nos fez crescer no passado. A governabilidade se constrói na luta, essa é a grande lição", avaliou.

A mesa que debateu a conjuntura contou ainda com as participações de Valquíria Lima, da Coordenação Nacional da ASA, e Aton Fon Filho, advogado e diretor jurídico da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e membro da Renap (Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares). Aton Fon afirmou que o golpe engendrado no Brasil é muito mais sério que se imagina e diz respeito à soberania nacional.

Segundo o advogado, que é ex-preso político da Ditadura Militar, a guerra para que o Brasil seja uma nação independente vem sendo travada desde a chegada dos portugueses com vitórias e derrotas dos dois lados. Segundo ele, só com a posse de nossas riquezas naturais o país tem a possibilidade de ser livre: "Sofremos uma derrota muito mais profunda do que a desconsideração de 54 milhões de votos e a deposição da presidente.

O erro não foi a aliança em si, mas o fato de não percebermos que a aliança tem prazo de validade. Ela serve para nos dar tempo de desenvolver a nossa própria força, não promover reformas estruturantes e também não organizar o povo para enfrentar o golpe, que certamente viria", avaliou. Para Aton, a organização do povo não significa apenas chamá-lo para as manifestações, mas fazer com que esteja unido e preparado estrategicamente para os combates que se anunciam.

Valquíria Lima, da coordenação da ASA, trouxe a importância estratégica do termo "Território" numa referência ao tema do IX EnconASA "Povos e territórios: resistindo e transformando o Semiárido". Segundo ela, "o território é o lugar que nos conecta com a vida e sua concretude". Valquíria lembrou a evolução da história de lutas e resistência que marcam o Semiárido e o sentido das conquistas alcançadas por seus povos na última década:

"Nenhum Direito a menos não é um chavão, nós sabemos o valor de cada direito conquistado", disse. "Não somos um setor do governo que perdeu o poder, somos os povos do Semiárido com capacidade de mudar nossas histórias e transformar o lugar onde vivemos", completou.

A coordenadora fez um balanço do que já está ameaçado com o governo atual e enumerou os principais cortes de orçamento para 2017, previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA): "A agricultura familiar teve uma redução de quase 400 milhões de reais. Foram 40 milhões a menos para políticas públicas de mulheres, 9 milhões a menos para comunidades indígenas e quilombolas, 330 milhões foram retirados da reforma agrária e regularização fundiária. Esta é uma mensagem muito clara desse governo. O diálogo com

ele será difícil, mas não podemos deixar de exigir as políticas públicas de convivência com o Semiárido, esse é um dos nossos papéis enquanto ASA".

A jovem Mônica Lourenço, de 19 anos, do Assentamento Caiana, município de Massaranduba, na região Agreste da Paraíba, foi uma das pessoas da plenária a se manifestar e trouxe a preocupação com as histórias protagonizadas pelos povos e as histórias contadas sobre eles, uma disputa que passa pelo campo da comunicação.

"O povo precisa ter o direito de contar a sua própria história e de ser sujeito dela", disse. Álvaro Luiz da Silva, colaborador do IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada), em Juazeiro na Bahia, reclamou da ausência de ações dos governos petistas em promover e apoiar a comunicação popular: "Rádios comunitárias foram perseguidas e foram dadas poucas concessões. É preciso ocupar este espaço e promover a Reforma Agrária do ar", afirmou.

Movimentos populares preparam pedido de impeachment de Michel Temer. Cristiane Sampaio. Site do MST, 29/11/2016.

Decisão foi tomada na tarde desta terça, após reunião com juristas e parlamentares da oposição

Movimentos populares e centrais sindicais devem assinar nos próximos dias um processo de impeachment contra o presidente Michel Temer (PMDB). A decisão foi tomada na tarde desta terça-feira (29), durante uma reunião realizada no Congresso Nacional entre parlamentares da oposição, juristas e representantes de diversas entidades.

A novidade resulta de uma articulação que vem sendo orquestrada por expoentes do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que tentam aglutinar forças de esquerda em torno da proposta de assinatura da peça processual contra Temer.

O referido pedido de afastamento deve tramitar em paralelo ao pedido já protocolado pelo Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL) nessa segunda-feira (28) na Câmara. "Eles tomaram uma decisão isolada, que é direito deles, mas nós optamos por buscar a

sociedade civil organizada porque acreditamos que, dessa forma, o pedido terá mais respaldo político", avaliou a líder da minoria na Câmara, Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

As duas iniciativas partem dos mesmos fatos e estão relacionadas ao episódio que levou à demissão do ex-ministro da Cultura e diplomata Marcelo Calero, que pediu exoneração no último dia 18.

Calero acusou o ex-ministro Geddel Vieira Lima de tê-lo pressionado para liberar um empreendimento na Bahia, depois de a obra ter sido vetada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Os desdobramentos da denúncia levaram ainda ao chefe do Executivo, acusado por Calero de ter feito intervenções a favor do pedido de Geddel.

A delação foi o combustível de mais um escândalo no governo Temer e culminou com o pedido de demissão de Geddel, oficializado na última sexta-feira (25). Também tem sido o catalisador das articulações da oposição rumo ao impeachment.

"Há uma crise política violentíssima, que envolve diretamente o presidente, que cometeu crime de responsabilidade. Ele praticou advocacia administrativa, e as coisas só pioram pra ele. (…) Temer não tem condições de continuar na Presidência da República e hoje a gente conseguiu algo muito importante aqui, que é o aval dos movimentos sociais pra fazer uma coisa mais ampla, envolvendo juristas e sociedade civil", disse o líder da minoria no Senado, Lindbergh Farias (PT-RJ).

Ele informou que até a próxima segunda-feira (5) as entidades devem formalizar a aceitação do pedido para assinatura da peça, que deve ser protocolada no dia seguinte, às 15 horas.

Mobilização

Durante a coletiva, Farias destacou ainda que a oposição conta com as mobilizações sociais para tentar fortalecer a iniciativa de pedido de deposição de Temer. "Vamos aquecer isso nas ruas. E nós temos duas bandeiras: 'Fora, Temer' e 'Diretas já'. Não vamos aceitar nenhuma saída que passe por eleição indireta em 2017", completou.

Ele ressaltou ainda que parlamentares da oposição vão batalhar para promover mudanças na Constituição Federal de 1988 em relação às normas que tratam de situações pós-impeachment. "Hoje a Constituição diz que, se o presidente for deposto nos dois

primeiros anos [de mandato], há eleição direta e, se for nos dois últimos, será indireta. Nós queremos mudar para ficar apenas o último ano nessa condição", explicou o senador.

Ele argumenta que a alteração está relacionada ao respaldo político das urnas. "O país está numa crise política, econômica e social do tamanho do mundo. Só tem um jeito de dar força a um Presidente da República: legitimá-lo nas urnas. Aí depois você pode aplicar um projeto, seja ele qual for", sustentou o líder.

A oposição tem se movimentado nos últimos meses no sentido de sedimentar a bandeira de uma nova eleição presidencial. "Precisamos lutar pelo impeachment e evitar que uma manobra seja feita para colocar como saída da crise a eleição indireta de um novo presidente. (…). Nós já vivemos um impeachment sem crime. Só falta agora um crime de fato sem um pedido de impeachment", afirmou o deputado Henrique Fontana (PT-RS), em tom de ironia.

Movimentos

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está entre as entidades que serão signatárias do pedido de afastamento. "Nós entendemos que é preciso assinar por três motivos: porque houve crime de responsabilidade; porque estamos num governo golpista, de retirada de direitos; e também porque o pedido de impeachment abre um amplo debate com a sociedade sobre os rumos da nossa democracia, portanto, o MST vai apoiar", antecipou Alexandre Conceição, membro da direção nacional da entidade.

Para a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Temer deveria renunciar ao cargo. "O Brasil precisa voltar à normalidade política. Nós entendemos que, se o presidente tiver um ar de civismo e quiser mesmo resolver os problemas do país, ele deveria renunciar e convocar eleições diretas. Ele não foi eleito e o impeachment da presidenta Dilma, na nossa visão, foi completamente fora do padrão. E, agora, além de não ter legitimidade para exercer o poder, ele também não tem legalidade", declarou o presidente nacional da entidade, Vagner Freitas, em referência às denúncias de Calero.

Governo

Até o momento, Michel Temer ainda não se pronunciou oficialmente a respeito dos pedidos de impeachment. No Congresso, a estratégia da base aliada tem sido no sentido de minimizar os movimentos da oposição, enquanto são mantidas as articulações para

aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que institui o Novo Regime Fiscal, da reforma do ensino médio e de outras iniciativas governistas.

Juventude Rural na rua contra a PEC 55. Site da CONTAG, 29/11/2016.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que agora é chamada de PEC 55 no Senado Federal, nem foi aprovada ainda, mas já traz muita preocupação à população brasileira. Nos últimos 13 anos foi possível presenciar a redução da pobreza no País com o aperfeiçoamento das políticas públicas sociais e melhor distribuição de renda.

Apesar de problemas estruturantes no Sistema Único de Saúde (SUS), na falta de recursos para as escolas públicas, do déficit na política habitacional e de um antigo debate sobre a realização de uma reforma da Previdência Social, o Estado brasileiro avançou muito na criação de políticas e programas como o Luz para Todos, Água para Todos, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), Um Milhão de Cisternas, Bolsa Família, entre outras. E às vésperas de aprovar essa PEC, conhecida como PEC da Morte, estamos diante da possibilidade de retroceder nos direitos conquistados, afetando a todos(as): crianças, adolescentes, jovens, adultos(as) e idosos(as). Toda uma geração que depende do Estado e de políticas públicas.

Se aprovada, a PEC abrirá caminho para a reforma da Previdência Social e para desvinculação dos benefícios sociais e previdenciários do salário mínimo. A Previdência Social é uma das principais políticas de distribuição de renda do País e que faz circular a economia dos municípios, principalmente as pequenas cidades. Outra possibilidade anunciada pelo governo ilegítimo é uma revisão na concessão de benefícios previdenciários por incapacidade. "A CONTAG não é contra essa revisão desde que seja feita a partir de critérios. O trabalhador(a) rural desempenha um trabalho que exige mais esforço e os peritos devem ter isso em mente ao dar alta a quem não terá condições de realizar um trabalho mais penoso", explicou o secretário de Políticas Sociais da CONTAG, José Wilson Gonçalves.

Se essa PEC for aprovada, haverá redução no orçamento do Ministério da Saúde, nos próximos anos, e o Sistema Único de Saúde (SUS) será ainda mais sucateado. Com a redução de recursos, diminui também os repasses para os estados e municípios, que somam 2/3 do

orçamento do MS. Segundo o Conselho Nacional de Saúde, somente em 2017 há estimativa de perda entre R$ 15 e 20 bilhões, o que se agravará a cada ano, pois é preciso considerar o crescimento e o envelhecimento da população e também os avanços tecnológicos no setor. O acesso a consultas, exames, medicamentos, entre outras necessidades, ficará mais difícil com a diminuição de recursos no orçamento. Para o SUS chegar no campo, é necessário e urgente o aumento de investimentos na saúde pública, e não o contrário!

A educação, que já foi golpeada com a reforma do ensino médio, agora será ainda mais impactada com o corte de verba, que afetará o pagamento dos professores, na contratação de merenda escolar, na oferta de vagas, na estruturação e conservação das escolas, o funcionamento das escolas rurais, no financiamento do ensino superior, entre outros.

Por isso é fundamental que dirigentes, lideranças e toda a base do MSTTR esteja mobilizada e combativa na luta em defesa dos direitos sociais.

CONTAG e movimentos negociam a volta do MDA. Site da CONTAG, 30/11/2016.

O presidente da CONTAG, Alberto Broch, e o secretário de Políticas Sociais, José Wilson Gonçalves, participaram de audiência no Palácio do Planalto, na manhã desta terça-feira (29), articulada pelo presidente da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar, deputado federal Heitor Schuch (PSB-RS), dando sequência à audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, em 18 de outubro, que debateu o tema da agricultura familiar, as políticas sociais, a reforma da Previdência, dentre outros assuntos.

Na audiência de hoje, além da CONTAG, estavam presentes representantes de entidades como a Faser, Asbraer, entre outras, e a pauta central tratada com a Casa Civil foi a volta do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A reforma da Previdência Social também foi debatida. “Levamos oficialmente ao governo que não aceitamos mexer nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Aceitamos discutir melhorias na Previdência, mas não aceitamos a retirada de direitos. Nesta audiência, a CONTAG propôs à Casa Civil a criação de um grupo de trabalho com a participação da CONTAG para a discussão da reforma da Previdência antes de o governo enviar o projeto para o Congresso Nacional”, explicou o

presidente da CONTAG. Segundo Broch, na ocasião também foi pautado o Crédito Fundiário e outras temáticas ligadas à agricultura familiar.

O chefe de gabinete da Casa Civil, que substituiu o ministro Eliseu Padilha na audiência, fez o compromisso de encaminhar as propostas ao ministro e adiantou que, quanto à volta do MDA, alguns setores do governo defendem e que essa retomada está em análise. “Sobre a criação do grupo de trabalho para discutir a reforma da Previdência, o representante do governo disse que estudará com carinho a proposta da CONTAG. Portanto, continuaremos pautando esses temas e estamos no aguardo de novas agendas para dar prosseguimento às negociações”, disse Broch.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira, Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa